

"Dívida asfixia crescimento"

por Guilherme Barros
do Rio

A dívida externa é um dos principais pontos de asfixia do crescimento econômico da maioria dos países latino-americanos e do Caribe. Depois de lograr altas taxas de crescimento nas suas economias desde o pós-guerra, os países dessas regiões estão assistindo nesta década a uma queda de 6% no Produto Interno Bruto (PIB) per capita em relação a 1980. Em alguns casos, a redução foi acima de 10% e, em outros, superior a 20%.

Uma das principais causas da deterioração das economias durante esta década é o estrangulamento provocado pelos compromissos da dívida externa. Essa pelo menos foi a tônica do primeiro dia de debates, ontem, da 22ª reunião da Comissão Econômica para

América Latina e Caribe (Cepal), que se realiza no Hotel Copacabana Palace, no Rio.

Ao abrir a reunião, o secretário executivo da Cepal, o guatemalteco Gert Rosenthal, enfatizou, em seu discurso, que o conjunto de países da América Latina e do Caribe transferiu aproximadamente US\$ 140 bilhões em recursos financeiros para o resto do mundo em compromissos da dívida.

Com isso, ele afirmou que é necessário que seja discutido um novo enfoque para as negociações da dívida para mudar esse panorama.

Rosenthal destacou que, embora a dívida não seja o único problema dos países da América Latina e do Caribe, deve ser dado um tratamento especial porque, nas atuais circunstâncias, essa grande quantia de recursos financeiros destinados ao pagamento

dos serviços impede a reativação a curto prazo das economias nas duas regiões.

Para o secretário executivo da Cepal, "é preciso romper o círculo vicioso atual que não permite o crescimento econômico diante das condições traçadas originalmente nas negociações da dívida".

O discurso de Rosenthal serviu para adiantar alguns temas que serão tratados na reunião da Cepal, a última a se realizar nesta década e que coincide com o 40º aniversário da Cepal. Estão presentes a esse encontro representantes de quarenta países e até o seu encerramento, que se dará na próxima quarta-feira, deverão ser aprovados dois documentos, um de âmbito econômico propondo novas formas de negociação da dívida e outro, político, sugerindo maior integração dos países dessas regiões.